

Cresce temor estrangeiro sobre trabalho da Petrobras em alto mar

Do Rio

O jornal inglês "Guardian" questionou, no início do mês, empréstimos da Agência de Crédito à Exportação do Reino Unido para a Rolls-Royce, que forneceu os motores de geração elétrica da P-52, plataforma do tipo FPSO que produz petróleo no campo Roncador, da Petrobras, na bacia de Campos. A P-52 é considerada pelo jornal "um dos maiores e mais arriscados projetos de perfuração de petróleo no Oceano Atlântico". Esse tipo de noticiário é apenas um exemplo do aumento da percepção de risco sobre as atividades da companhia brasileira. Ela ganhou espaço à medida que ficou mais presente no noticiário internacional a constatação de que a estatal não só perfura como produz petróleo em quantidades maiores, em águas mais profundas e mais distantes da costa do que sua congênere no Golfo do México.

Não por acaso o governo americano pediu ajuda ao Itamaraty para que a Petrobras analisasse o acidente da BP e desse sugestões para estancar o vazamento, como contou recentemente em ao Valor o ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Ela não foi a única, já que também foram chamadas as grandes companhias como Exxon-Mobil, Chevron e Shell, que inclusive depuseram perante o Congresso dos EUA, além de outras companhias que operam no país.

Além de acender as luzes sobre a Petrobras, única operadora do pré-sal com exceção de um bloco da Exxon em área já licitada, o acidente no Golfo levantou questionamentos quanto à capacidade de resposta do Brasil no caso de um acidente desse tipo. Entre as questões colocadas está, por exemplo, como o país responderia a um vazamento nos longínquos campos do pré-sal, distantes cerca de 300 quilômetros da costa. No caso de o petróleo vazar para além das águas territoriais brasileiras, para onde iria? Eike Batista, dono da OGX, tem dito em conversas reservadas que iria para África e Argentina.

Técnicos com conhecimento do assunto, alguns deles funcionários

da Petrobras, dizem que, as correntes marinhas que passam pelo Brasil provavelmente carregariam o óleo para mar aberto, onde seria mais fácil sua dispersão sem o contágio de praias no Sudeste. A própria agitação da água provocada pelas fortes correntes e a insolação ajudariam a evaporar e a dispersar o óleo naturalmente. É claro que essa hipótese não foi testada no caso de um vazamento em doses grandes de petróleo como o do poço Macondo, da BP, que jorrou sem controle por quase três meses.

Consultados, o Ministério de Ambiente (MMA) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) informaram que um acidente em águas internacionais teria que ser contido respeitando a Lei de Derramamentos Ambientais (9.966/2000) e os termos previstos na Convenção Internacional para Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo (OPRC90).

Entre as dúvidas está como o país responderia a um vazamento nos longínquos campos do pré-sal

No caso de vazamento, o MMA informou que todas as empresas devem ter, para cada plataforma, um Plano de Emergência Individual. No plano de licenciamento ambiental do pré-sal da bacia de Santos, incluindo Tupi, o plano de emergência autorizado prevê que oito embarcações recolhedoras de óleo devem estar no local em até 60 horas. A primeira deve chegar até seis horas depois da comunicação do acidente.

Em uma das poucas vezes que se manifestou sobre o tema a Petrobras informou que adota uma "robusta política de boas práticas e de elevado rigor técnico". A empresa informa que existem "planos de emergência para vazamentos de óleo em todas as bacias petrolíferas, além de planos de emergência locais, específicos para cada unidade de perfuração e produção em operação". E ainda que "mantém 14 embarcações de grande porte dedicadas ao atendimento exclu-

sivo de emergências ambientais, às quais podem se somar outros recursos provenientes de sua frota de mais de 80 aeronaves e 200 embarcações, se necessário".

No Golfo do México existiam na semana passada mais de 6.850 embarcações e 17 aeronaves alocadas para ajudar na contenção do petróleo que está vazando do poço da BP segundo dados da Guarda Costeira dos Estados Unidos, o que mostra o quanto pequeno parece o contingente para uma real emergência. O total de embarcações no Golfo inclui 2.720 barcos afretados (inclusive navios pesqueiros contratados para resgatar aves e outros animais), e ainda mais de 530 barcas e 580 barcos escumadores para capturar o óleo que chega à superfície.

Como o privilégio de ser a única operadora do pré-sal brasileiro caso seja aprovado o regime de partilha da produção, a Petrobras também ficará com todo o risco do negócio. Ela já é a única operadora das áreas que detém, tendo como sócios empresas como a também britânica BG, a Repsol e a portuguesa Galp, só para citar algumas.

O assunto vem à tona porque quase três meses depois da explosão da Deepwater Horizon ainda não está claro se a Anadarko e a japonesa Mitsui Oil Exploration, sócias da BP em Macondo com 25% e 10%, respectivamente, terão que dividir os custos de limpeza das áreas afetadas e indenizações, que já estão em US\$ 3,5 bilhões, mas podem superar US\$ 20 bilhões. A Anadarko não quer pagar pelos danos e acusa a BP de "negligência grosseira ou conduta intencional" o que deve levar as duas a se enfrentarem em um tribunal.

No Brasil, o operador é o representante legal do consórcio, mas sócios e prestadores de serviços podem responder solidariamente, informou a ANP. A Oxford Analytica observa que a experiência da Anadarko e Mitsui pode afetar o apetite por participações minoritárias em projetos em águas profundas.

"A grande ou indefinida responsabilidade no Brasil, combinada com as condições impostas pela legislação quanto às parce-

rias do pré-sal podem tornar desafiadora a garantia de parceiros dispostos e ou em condições de investir em águas ultraprofundas", destaca a consultoria.

Primeiro diretor-geral da ANP, David Zylbersztajn pondera que não existe no mundo nenhuma operação em nenhuma região como o pré-sal brasileiro, onde os limites estão sendo testados horizontal e verticalmente, em termos de profundidade do mar até o leito marinho e distância da costa. E por isso diz que é desconhecida a capacidade de reação da Petrobras se um acidente como o da BP acontecesse aqui.

"Ninguém sabe o que é preciso fazer para evitar um desastre como esse. O mundo inteiro está discutindo sobre isso, mas no governo a transparência sobre isso é zero. Haja visto a discussão sobre alteração do modelo. O problema é que o petróleo interessa a Petrobras, mas os impactos da exploração e produção interessam ao cidadão, acionista ou não. Isso é mais complicado do que um risco de acidente", afirma Zylbersztajn.

Em período de silêncio e às vésperas de uma capitalização bilionária, a Petrobras avalia que o evento da BP não trará reflexos. A direção da companhia aposta que, apesar da crise, há grande liquidez no mundo e que haverá procura por oportunidades de investimento em áreas de crescimento com bons projetos, como é o caso do Brasil e da Petrobras.

Tanto o Eurasia Group quanto Oxford Analytica destacam normas de segurança rigorosas do Brasil e a ampla experiência e conhecimento das bacias sedimentares pela Petrobras, o que reduz riscos. Emerson Leite, do Credit Suisse, também não crê em escassez de crédito para financiar a exploração e produção no país lembrando que existem fundos de investimentos voltados especificamente para essa atividade. "Sempre vai ter quem não queira financiar a exploração e produção de petróleo e gás. Mas existem os que querem", diz Leite, para quem o Brasil teve o seu Macondo quando as plataformas Enchova e P-36 explodiram em 1984 e 2001, respectivamente. (CS)